



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
DIRECÇÃO NACIONAL DO ORÇAMENTO

ORÇAMENTO CIDADÃO 2014

Outubro de 2013

Orçamento Cidadão 2014

Visão: Assegurar a participação do Cidadão em todas as fases de processo orçamental – elaboração, execução e controlo.

Missão: Informar ao Cidadão, em linguagem simples e acessível, sobre os aspectos relevantes do Orçamento do Estado.

Caro Cidadão,

No prosseguimento do compromisso da transparência orçamental e do envolvimento de todas as esferas da sociedade civil no debate em torno do Orçamento do Estado, o Ministério das Finanças fornece a 3ª edição do Orçamento Cidadão, o qual contempla toda a informação relativa aos aspectos de maior relevo do Orçamento do Estado para o exercício económico de 2014.

Agradecemos as contribuições que nos foram remetidas e ressaltamos que continuamos abertos para o melhoramento do seu conteúdo.

Orçamento do Estado para 2014

O Orçamento do Estado para 2014 materializa a política financeira do Governo, em conformidade com os objectivos do Plano Económico e Social (PES 2014), cujo objectivo é o combate à pobreza, a promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo e de base alargada, visando elevar o padrão de vida da população.

O Orçamento do Estado para 2014, foi elaborado tendo em conta as prioridades de afectação de recursos definidos no Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2014-2016, o qual prevê a manutenção da estabilidade no nível geral de preços, melhorias no poder de compra e na distribuição da renda, uma recuperação dos níveis de colecta de receitas como resultado dos esforços desenvolvidos pela administração fiscal de alargamento da base tributária, de tributação das mais-valias provenientes de transacções de participações de empresas que operam no sector mineiro e petrolífero, a massificação das campanhas de educação fiscal e de simplificação dos

procedimentos fiscais que visam a criação de incentivos que estimulam o aumento da produção e produtividade.

Na afectação de recursos priorizam-se as áreas da educação, saúde, agricultura, infra-estruturas, boa governação e acção social, bem como a melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade no prosseguimento de esforços conducentes à redução da pobreza.

Priorizam-se igualmente acções de combate à da Pobreza (PARP), plano de reconstrução pós-cheias, as eleições gerais, a implementação da política salarial, a implantação de novas autarquias, pagamento dos reembolsos do IVA e a amortização da dívida pública.

Pressupostos Macroeconómicos

Prevê-se para 2014, um contributo diversificado dos vários sectores de actividade para que o desempenho da economia alcance 8,0%, derivado da evolução contínua dos sectores da agricultura, transportes e comunicações, indústria mineira, crescimento do sector da indústria extractiva, de construção, assente nos investimentos na área de estradas.

Quadro1. Pressupostos Macroeconómicos

	Lei Rev. 2013	Previsão 2014
PIB nominal (milhões de MT)	469,238	534,998
Crescimento real do PIB (%)	7.0	8.0
Inflação média anual (%)	7.5	5.6

Previsão de Recursos no Orçamento do Estado para 2014

A projecção do envelope de recursos é um processo fundamental na preparação dos limites globais e sectoriais para a programação da despesa pública a curto e médio prazos.

A previsão de recursos para 2014 é de 229.721,50 milhões de Meticais, sendo 152.836,70 milhões de MT provenientes de recursos internos, correspondentes a 28,6% do PIB e 76.884,80 milhões de MT do financiamento externo, correspondentes a 14,4% do PIB. Cerca de 147.371,6 milhões de MT, de recursos internos, equivalentes a 27,5% do PIB provém da cobrança de

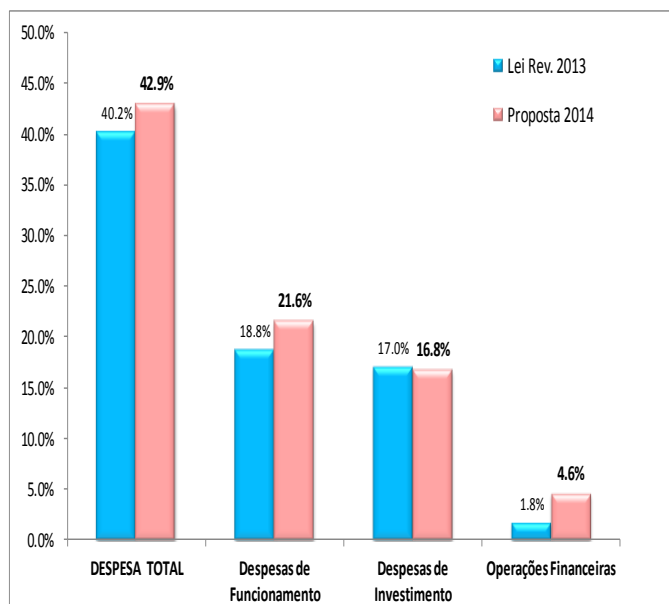
impostos sobre os rendimentos gerados na economia doméstica e 5.465,10 milhões de MT, cerca de 1,0% da contratação de financiamento interno. No financiamento externo, 30.401,90 milhões de MT representam os donativos e 46.482,80 milhões de MT os créditos.

Para 2014, prevê-se um crescimento da contribuição dos recursos internos e externos como proporção do PIB em 2,2% e 0,6% em relação a 2013, respectivamente, como resultado do bom desempenho da receita total, com maior destaque para as receitas fiscais, nomeadamente a contribuição feita pelas empresas (IRPC) e a tributação do rendimento de mais-valias provenientes da venda de acções de empresas multinacionais que operam no sector mineiro e petrolífero, no montante de 12.480,00 milhões de MT, equivalentes a USD 400 milhões e a confirmação do financiamento externo para os projectos de investimento financiados pelos diversos parceiros de cooperação internacional.

Previsão das Despesas do Estado

As despesas do Estado para 2014 deverão atingir 229.721,50 milhões de MT, o correspondente a 42,9% do PIB, um aumento em 2,7pp do PIB face a 2013.

Gráfico 1. Composição das Despesas do Estado (% da Despesa Total)



As despesas de funcionamento absorvem maior volume dos gastos públicos, o equivalente a 50,2%, e correspondem a 21,6% do PIB. Em contrapartida, as despesas de investimento absorvem 39,1% da despesa pública, o que representa 16,8% do PIB. As operações financeiras do Estado representam 10,6% da despesa total, o equivalente a 4,6 % do PIB.

Défice Orçamental

O défice orçamental passará de 68.227,5 milhões de MT, equivalentes a 14,5% do PIB, em 2013 para 82.349,9 milhões de MT, equivalente a 15,4% do PIB em 2014, um aumento em 0,9pp do PIB. Este défice orçamental é justificado pela necessidade de expansão da despesa pública com vista a financiar acções nas áreas da educação, saúde, agricultura, infra-estruturas, boa governação e acção social, bem como na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade, o plano de reconstrução pós-cheias, as eleições gerais, a implementação da política salarial, a implantação de novas autarquias, o pagamento dos reembolsos do IVA e a amortização da dívida pública, no prosseguimento de esforços conducentes à redução da pobreza.

Previsão das Despesas nas Áreas de Protecção Social

A estratégia de protecção social básica está orçada em 2.456,40 milhões de MT, dos quais 2.108,70 milhões de MT de funcionamento e 347,72 milhões de investimento. Esta estratégia é composta por quatro (4) programas, nomeadamente o subsídio social básico, apoio social directo, acção social produtiva e serviços sociais de acção social. Estes programas visam minimizar o impacto da subida do custo de vida da população vulnerável e garantir padrões de consumo *per capita* acima da linha da pobreza.

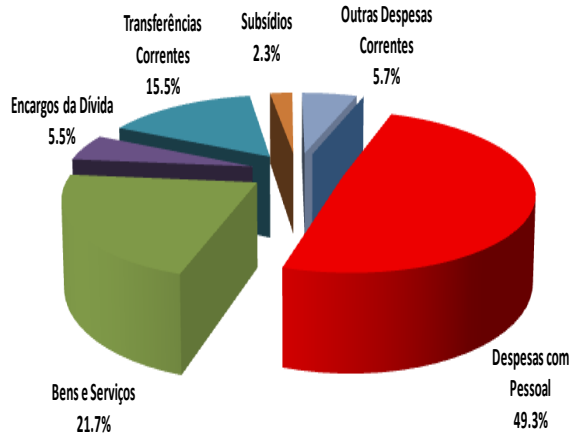
Quadro 2. Programas de Protecção Social

Programas	Lei Rev 2013	Proposta 2014
	<u>Milhões MT</u>	
Subsídio Social Básico	1.307,9	1.381,7
Apoio Social Directo	333,0	673,6
Acção Social Produtiva	49,0	268,3
Serviços Sociais de Acção Social	113,1	132,8
Total	1.802,93	2.456,4

O número total de beneficiários abrangidos pelos programas de protecção social passará de 355.500 em 2013, para 406.600 em 2014, mais 51.100 beneficiários face à meta prevista para 2013.

Despesas de Funcionamento

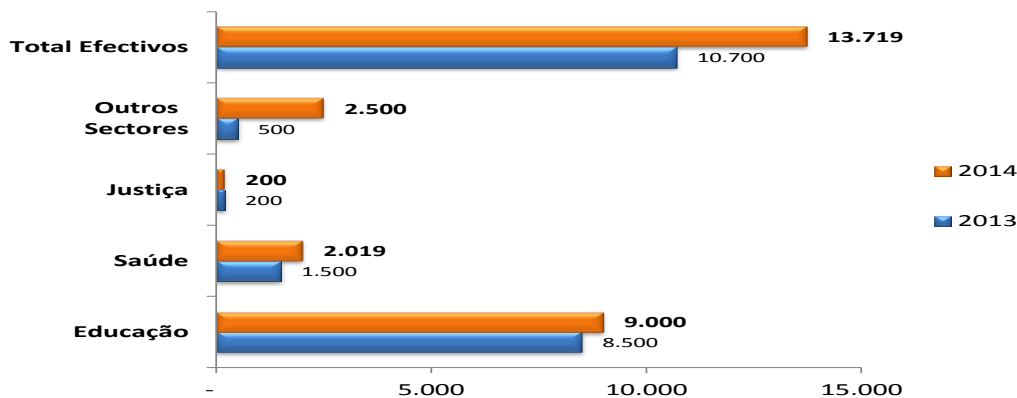
Gráfico 2. Composição das Despesas de Funcionamento.



As despesas de funcionamento passarão de 100.470,4 milhões de MT previstos em 2013 para 115.415,7 milhões de MT em 2014, o equivalente a um crescimento nominal de 14,9%. Este crescimento é explicado essencialmente pela necessidade de financiar a implementação da Política Salarial, os encargos com Bens e Serviços garantindo a oferta de serviços destinados à população, o pagamento dos encargos da dívida pública, as eleições gerais, os encargos com a implantação de novas autarquias e o pagamento de reembolsos do IVA.

Do volume de recursos programados para as Despesas com o Pessoal estão previstas admissões, promoções, progressões e mudanças de carreira destacando-se as áreas da educação, saúde e da justiça.

Gráfico 3. Plano de Admissões para 2014



Quadro3. Impacto Orçamental dos Actos Administrativos

Sector	Admissões		Prom. Prog. e Mud. de Carreira	
	Impacto Orçamental		Impacto Orçamental	
	Milhões de MT		Milhões de MT	
	2013	2014	2013	2014
Educação	874,2	971,0	203,2	214,3
Saúde	158,0	307,8	61,0	42,2
Justiça	35,2	37,7	8,6	9,2
Area Especial*	164,3	240,6	63,9	167,5
Outros Sectors	96,7	60,8	223,6	105,4
Total	1.454,9	1.617,9	496,3	538,6

* Defesa Segurança e Ordem Pública

Despesas de Investimento

No âmbito da estratégia de combate a pobreza, o Governo vem desenvolvendo esforços no sentido de investir nos sectores prioritários com vista a potenciar transformações na economia e melhorar o nível de competitividade dos factores produtivos domésticos.

Para 2014, as despesas de investimento estão fixadas em 89.849,80 milhões de MT, representando 16,8% do PIB. O aumento deste agregado em 9.866,70 milhões de MT face a 2013 é influenciado tanto pelo investimento interno bem como, pelo externo.

Quadro 4. Despesas de Investimento nos sectores prioritários

	Lei Rev. 2013	Proposta 2014
	<i>% Despesa Total</i>	
Despesa total nos sectores prioritários	67,4%	68,3%
Educação	17,6%	19,1%
Saúde	8,8%	9,6%
Infraestruturas	18,5%	16,1%
Agricultura e Desenvolvimento Rural	10,0%	11,0%
Governança, Segurança e Sistema Judicial	8,4%	8,8%
Outros Sectors Prioritários	3,9%	3,6%
Acção Social	3,4%	3,2%
Trabalho e Emprego	0,5%	0,3%

Dentre as principais acções constantes nas despesas de investimento, destacam-se as seguintes:

Educação: 10,360.59 milhões de MT, com destaque para:

- Construção de salas de aulas;
- Apoio directo às Escolas;
- Aquisição e distribuição de Carteiras.

Saúde: 7,656.81 milhões de MT com enfoque para:

- Construção de 7 Hospitais Distritais;
- Construção de 11 centros de saúde e 4 blocos operatórios e de internamento;
- Construção do Hospital Provincial de Quelimane ;
- Desenvolvimento ou requalificação de infra-estruturas de saúde de nível II e nível III;
- Construção de casas para os medicos a nivel das Provincias e Distritos;

Infra-estruturas (estradas, água e saneamento): **27,826.05 milhões de MT**, com destaque para:

- Construção de estradas e pontes;
- Saneamento rural e urbano;
- Programa Nacional de desenvolvimento do sector de águas.

Agricultura 6,878.55 milhões de MT, destacando os seguintes projectos:

- Fortalecimento da cadeia de sementes e produção de alimentos;
- Apoio ao desenvolvimento agrário.

Energia 1,696.29 mil MT, com destaque para:

- Electrificação rural - alívio a pobreza.

Transportes e Comunicações 4,017.88 mil MT com enfoque para:

- Construção do aeroporto de Nacala;
- Reabilitação e expansão do porto de Nacala;

Desenvolvimento Local no valor global de **3.411,20 milhões de MT** destinados a:

- Iniciativas locais de projectos de geração de rendimento, emprego e produção de alimentos, visando a promoção do desenvolvimento local no âmbito do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) no valor 1.395,50 milhões de MT;

- Construção e reabilitação de infraestruturas distritais no montante de 1.875,60 milhões; Iniciativas locais de projectos inseridos no Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana (PERPU) nas cidades capitais provinciais e nas cidades da Matola e de Maputo, no montante de 140,00 milhões de MT.

Quadro 5. Iniciativas de Desenvolvimento Local

	Lei Rev. 2013	Proposta 2014
	Milhões MT	
Fundo Distrital de Desenvolvimento	1,333.2	1,395.5
Infra-estruturas Distritais	1,706.8	1,875.6
Combate a Pobreza Urbana (PERPU)	140.0	140.0
Total	3,180.0	3,411.2

Receitas Provenientes das Actividades Mineira e Petrolífera

O Orçamento do Estado para 2014, prevê a canalização do montante de 24.405,02 mil MT resultantes da aplicação de 2,75% de tributação da actividade de extracção mineira e petrolífera (incluindo o Gás), nos termos das Leis n.ºs 11/2007 e 12/2007, de 27 de Junho, para o desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os projectos.

Quadro 6. Transferências para as Comunidades

			Mil Meticais
Província	Distrito	Localidade	
Inhambane	Govuro	Pande	1,346.18
		Maimelane	5,650.18
Tete	Moatize	Cateme	3,523.31
		25 de Setembro	3,523.31
		Chipanga II	3,524.37
		Benga	2,465.49
Nampula	Moma	Topuito	4,372.17
Total			24,405.02

Mais-Valias e seu Impacto no Orçamento do Estado para 2014

Nos termos dos nºs 1 e 2 dos artigos 37 e 38, da Lei n.º 34/2007, de 31 de Dezembro que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, consideram-se mais-valias ou menos-valias os ganhos resultantes da diferença entre o valor da realização líquida dos encargos que lhe sejam inerentes e o valor de aquisição deduzido das reintegrações ou amortizações praticadas.

Por outras palavras, o conceito de “mais-valias” é dado pelo resultado positivo da alienação de bens duradouros bem como das expropriações ou indemnizações, ou seja o valor de mercado dos activos recebidos.

No exercício económico de 2013, ocorreu a tributação do rendimento de mais-valias provenientes da venda de acções de empresas multinacionais, correspondente a alienação de 20% da Área 4 da Bacia do Rovuma de reservas de gás natural, tendo resultado na cobrança de receita adicional no montante de USD 400 milhões, o equivalente a 12.480,0 milhões de MT, que serão canalizados para o Orçamento de Estado de 2014, devidamente classificados no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC).

A proposta de Lei do Orçamento para 2014 prevê que o Governo está autorizado a usar os recursos extraordinários para a cobertura do défice orçamental, pagamento da dívida pública e financiamento de projectos de investimento prioritários que concorrem para a redução dos índices de pobreza rural e urbana.

Conceitos Básicos

De forma a facilitar a compreensão do conteúdo do “Orçamento Cidadão” que se julgam relevantes, os conceitos básicos utilizados.

Défice Orçamental

O défice é definido como o que falta para que se possua o necessário ou o previsto para determinado objectivo, ou seja a diferença negativa entre as disponibilidades (receitas) e as necessidades (despesas). Similarmente ao que acontece nas famílias que possuem receitas

normalmente traduzidas pelos salários, rendas e lucros que auferem e as despesas relativas a habitação, alimentação, transporte entre outras; o Estado faz um orçamento colocando dum lado as receitas estimadas provenientes fundamentalmente dos impostos cobrados às empresas e aos cidadãos e, do outro, as necessidades da sociedade em serviços públicos básicos, como a educação, a saúde, os investimentos em infra-estruturas de transporte, de electricidade, de água e saneamento, entre outros.

Elaborado o orçamento, este deve ser equilibrado, isto é, o total das receitas deve ser igual ao total das despesas:

Receitas-Despesas=0

Contudo, este equilíbrio nem sempre existe, o que equivale dizer que existe a possibilidade de receitas serem superiores às despesas resultando num *superávit* (Receitas-Despesas > 0) ou as receitas serem inferiores às despesas gerando um *défice* (Receitas-Despesas < 0).

Para o financiamento do *défice*, o Estado recorre ao financiamento do Orçamento com recurso aos donativos e créditos (internos e externos).